

cescontexto

As casas vistas de dentro e de fora

Organização

Carlos Fortuna

Nº 21

Julho, 2018

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

Índice

Nota de abertura	3
<i>Carlos Fortuna</i>	
As casas em dois sentidos	4
<i>Madalena Duarte</i>	
Violência dentro das casas	8
<i>Sílvia Portugal</i>	
O cuidado em casa e o cuidado da casa	16
<i>Carolina Anselmo</i>	
Mudar de casa	19
<i>Bruno Franco Alves</i>	
Conexões Público-Privado	24
<i>Violeta Rodríguez</i>	
Morar fora de casa: uma experiência de resistência no Bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade do México	28
<i>Rómulo Oliveira</i>	
Janela de classe e o olhar no olho da casa	33
<i>Adelino Gonçalves</i>	
O(s) lado(s) de fora da casa	43
<i>José Manuel Mendes</i>	
Os “sem-casa”... e depois?	46
<i>Graça Índias Cordeiro</i>	
A rua e a casa, que relação?	49
<i>Paulo Peixoto</i>	
A casa despida	53

Conexões Público-Privado

Bruno Franco Alves, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
bruno.franco@ufjf.edu.br

A reflexão sobre os domínios das esferas pública e privada é uma marca presente nas ciências sociais e humanas. Várias são as abordagens, perspectivas e olhares sobre essa questão deveras discutida. Regra geral, essa relação é realizada de forma dicotômica, situando as casas como lócus do privado e as ruas como o espaço público por excelência. O que se pretende realizar aqui é repensar o lugar da casa nessa relação entre o público e o privado. O título do próprio seminário, “As casas vistas de dentro e de fora”, já carrega em si a sugestão de que as casas não possuem uma única dimensão. As casas são múltiplas e, a mesma casa, também pode abrigar sentidos diferentes conforme são vistas por dentro e por fora.

Dessa forma, pode-se questionar: As casas sempre foram ou são o templo da intimidade? Quem enxerga o lado de dentro das casas? É preciso adentrar nas casas para conhecê-las ou podemos conhecê-las por dentro, mesmo estando de fora? Caminhamos no sentido do fechamento das casas como recanto das famílias ou as casas ainda permanecem abertas, agora com novas “portas” tecnológicas que permitem adentrá-las, vivenciá-las e conhecê-las? Qual o sentido da dicotomia entre a casa e a rua?

Para essas pensar sobre essas e outras questões acerca da casa, podemos partir da porta como uma pretensa divisão entre o público e o privado. Isso porque é a porta o elemento material que obstaculiza a passagem entre esses dois mundos, cindindo o espaço e delimitando fronteiras. Conforme já apontava Georg Simmel (1996 [1909]), ao contrário da ponte que mostra como o ser humano é capaz de unificar o que está naturalmente cindido, a porta mostra como o homem é capaz de cindir a uniformidade contínua do ser natural, resguardando a passagem entre mundo interior da casa ao mundo exterior.

Em geral, na Idade Média as aberturas da casa para o exterior eram escassas e de dimensões modestas, provavelmente para mantê-las protegidas do frio durante o inverno. A porta, na entrada da casa, era a sua principal abertura, por vezes a única, já que as janelas nesse período assumiam uma condição acessória (Conde, 2011a: 63).

Nesse período, as casas correntes eram moradias unicelulares, isto é, formadas por um espaço contíguo, sem divisões internas, compartilhado por tudo e todos: família, animais, produtos e instrumentos de trabalho. Não havia espaços apropriados individualmente e nem funcionalmente espacializados. Além disso, a casa era o local de relações e sociabilidades múltiplas: era local de repouso, mas também de trabalho, de produção, de consumo; era local de relações familiares, mas também de relações mercantis e de convivências com os outros. (*ibidem*: 71). Não obstante ao fato da casa demarcar um território sobre o qual geralmente o homem exercia o seu controle, havendo uma diferenciação entre esse espaço e aquele que lhe era exterior, a casa ainda não tem o seu sentido ligado à proteção da intimidade, sendo que muitas das atividades quotidianas do cidadão medieval invadiam a rua, a travessa, o adro (Trindade, 2002: 96)

Nos fins da Idade Média, as casas na cidade começam a ganhar algumas divisórias que separam o espaço do trabalho do espaço habitacional ou, em alguns casos, passam a contar com vários planos, geralmente ficando o térreo destinado às atividades profissionais e a

abertura ao público – espaço semipúblico – e o sobrado à vida familiar – espaço doméstico, privado (Conde, 2011a: 73).

A privacidade vai aumentando com a verticalização e compartimentação da casa, mas ainda se encontra longe de significar a proteção da intimidade. O tamanho médio dos terrenos em que as casas eram construídas raramente ultrapassava os 50 m² (*ibidem*: 68) mantendo-se a casa como um espaço multifuncional e de uso familiar.

Entre os séculos XVI e XVIII ocorrem importantes mudanças que vão sedimentando os caminhos para o incremento da privacidade. Neste período, multiplicam-se as divisões interiores e aumenta a especialização funcional dos diversos compartimentos das casas das classes mais abastadas (Cunha e Monteiro, 2011: 224). Já nas habitações populares, mesmo no século XVIII e início do século XIX, as portas podiam estar frequentemente abertas e muitas das casas permaneciam sem uma especialização funcional, por conta do seu tamanho reduzido. A casa era tida por esses grupos populares como espaço de abrigo e não como reduto de intimidade, tanto que muitas das atividades domésticas como o lazer, cozinhar, comer, rezar e até as necessidades fisiológicas, ainda eram realizadas na própria rua (Olival, 2011: 270).

Não obstante a multiplicidade de contextos, é consenso que a casa chega ao século XIX já como espaço de intimidade, da vida privada. Trata-se aqui, especificamente, da casa burguesa, que passa a ser o lugar de residência das famílias nucleares compostas de pais e filhos solteiros, promovendo a separação física desta família em relação ao resto da sociedade e protegendo a sua vida íntima. Acentua-se a contraposição entre público e privado, valorizando-se o privado como espaço de maior liberdade para o indivíduo em relação à vida comunitária. Com a intensificação das interações sociais, dos códigos sociais que regiam as relações públicas, a casa aparece como espaço de refúgio desses olhares, de recolhimento e proteção contra o escrutínio da vida social, por isso de maior liberdade.

Nos dias atuais a casa permanece como reduto da intimidade familiar, como local seguro e confiável onde seus habitantes se protegem contra a vida exterior. Esse movimento, sobretudo nos países com altos índices de violência, é acompanhado por um processo paulatino de isolamento das casas e dos seus moradores em relação às ruas e à própria vizinhança. As *ciudades de muros*, onde as casas são fechadas com muros, grades e portões, tal como descreve Teresa Caldeira (2000), simbolizam bem esse processo.

Dentro dessa casa contemporânea, fechada ao mundo exterior, há também uma crescente sobreposição entre as privacidades de seus habitantes. A busca de realização e de projetos individuais de cada ente da família faz com que o espaço comum da casa seja modelado de forma a comportar essas múltiplas intimidades, o que é revelado pela maior compartimentação e pelas mudanças arquitetônicas em seu interior: a existência da suíte conjugal, que permite aos pais não mais partilhar do banheiro com os filhos; a construção do banheiro social, que restringe o acesso dos visitantes à zona dos quartos; a criação de novas suítes para os filhos; o aumento da dimensão dos quartos/suítes que passam a ser espaço de fruição da intimidade individual; a compartimentação da suíte do casal em ambientes distintos para cada um dos cônjuges; o recheio dos quartos que passou a contar com diversos equipamentos antes usados de forma coletiva pela família como televisão, som portátil e computador (Pereira, 2011).

Seguindo esse caminho, poder-se-ia chegar à conclusão de que ao longo da história as casas caminharam em direção ao seu fechamento, tanto ao mundo exterior como na própria relação interna entre seus moradores, sempre com vistas a maximizar as intimidades que protege e demarcar de forma nítida o domínio do público e do privado. No entanto, essa história passou a contar com um elemento novo e que foi capaz de alterar significativamente

a nossa forma de viver e de habitar: a profusão do acesso à internet e dos dispositivos móveis conectados à rede mundial.

Segundo dados da *International Telecommunication Union-ITU*, agência da Organização das Nações Unidas para tecnologias da informação e comunicação, 3,5 bilhões de pessoas possuíam acesso à internet em 2017, o que corresponde a 48% da população mundial. Entre os jovens com idade entre os 15 e 24 anos esse percentual sobe para 70,6%. Já as famílias com acesso à internet em casa somam 53,6%, chegando o índice a 84,4% nos países desenvolvidos.

O uso da internet por um número cada vez maior de pessoas, especialmente com a popularização dos dispositivos móveis e das redes sociais digitais como o Facebook, Instagram e o Whatsapp, permite o intenso compartilhamento de mensagens de texto, fotos, áudios e vídeos. A casa não fica imune a esse fluxo comunicacional e ganha novas “portas”, “frestas” e “janelas”, agora voltadas para uma realidade que é virtualizada. A exposição cada vez maior da vida privada, do interior da casa, das suas rotinas, dos seus moradores para a audiência das redes sociais digitais, que é pulverizada e muitas vezes desconhecida, atua, de certo modo, como uma renúncia à privacidade protegida pela casa em troca do reconhecimento da audiência pública.

Nessa sociedade em que o exibicionismo e a necessidade de ser visto, receber likes e curtidas torna-se uma necessidade, a casa readquire contornos públicos. Tal como no conceito de Hannah Arendt, a casa vem a público, pode ser vista e ouvida por todos e tem a maior divulgação possível (Arendt, 2007: 59). Mesmo os conteúdos dos perfis privados mantidos nas redes sociais digitais podem ser divulgados com o emprego de simples recursos tecnológicos, como os prints das imagens e dos textos postados, ganhando o domínio geral.

Como bem afirma o historiador português Manuel Conde, a casa, urbana ou rural, comum ou qualificada, é como um microcosmo da sociedade, profundamente reveladora dessa, dos espaços e dos tempos em que se ergueu e perdurou (Conde, 2011b: 14). A casa de nossos dias é um espelho do seu tempo, tempo em que a rigidez dos conceitos se esbate, de contradições como aquela que faz com que a casa passa a ser ao mesmo tempo espaço público e privado, onde a intimidade é ao mesmo tempo resguardada e compartilhada conforme o desejo dos indivíduos que a habitam.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (2007), *A condição humana*. [10ª ed]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2000), *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp.
- Conde, Manuel Sílvio Alves (2011a), “A casa”, in Sousa, Bernardo Vasconcelos (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A idade média*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 54-77.
- Conde, Manuel Sílvio Alves (2011b), *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Cunha, Mafalda Soares; Monteiro, Nuno Gonçalo (2011), “As grandes casas”, in Monteiro, Nuno Gonçalo (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A idade moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 202-243.

International Telecommunication Union (2017), “Measuring the Information Society Report 2017”, 1, p. 154. Consultado a 22 de novembro de 2017, disponível: https://www.itu.int/en/ITU/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017_Volume1.pdf.

Pereira, Sandra Marques (2011), “Cenários do cotidiano doméstico: modos de habitar”, in Almeida, A. N. (ed.), *História da Vida Privada em Portugal: os nossos dias*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 16–47.

Olival, Fernanda (2011), “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Monteiro, Nuno Gonçalo (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A idade moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 244-275.

Trindade, Luísa (2002), *A casa corrente em Coimbra dos finais da idade média aos inícios da época moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

